

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Hora de mudar o setor elétrico.....	2
Título: Conta de luz pode subir até 7% após reforma.....	3
Título: Governo estuda aumentar alíquota do PIS/Cofins sobre combustíveis	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Governo prevê arrecadar R\$ 30 bi com usinas.....	6
Título: Ômega segue com IPO e oferta vai movimentar	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Ações da Eletrobras disparam com plano de reforma do setor elétrico	8
Título: Governo quer calendário de leilão e regras mais flexíveis para petróleo	10
Título: No 2º ajuste da semana, Petrobras reduz em 0,5% preço de combustíveis	11
Título: França quer fim da venda de carros a gasolina e diesel em 2040	11
Título: Volvo dá um choque elétrico em fabricantes de carros	14
Título: Dívida de indústrias de açúcar e álcool cai, mas usinas cobram programa.....	16
VEÍCULO: Correio Braziliense	17
Título: Sem subsídio, energia pode ficar 7% mais cara	17
VEÍCULO: Valor Econômico	18
Título: Reforma regulatória tem ampla aprovação do setor elétrico	18
Título: Proposta incentiva privatização de hidrelétricas da Eletrobras até 2019	20
Título: Usinas da Chesf podem financiar o Novo Chico	22
Título: Produção de gás natural crescerá 55% até 2026 com pré-sal	23
Título: Cresce déficit na balança comercial de diesel e gasolina	24
Título: Cemig tem até início de agosto para renegociar dívidas	25
Título: Destaques	27
Título: Especialista perde a fé na recuperação do petróleo	28
Título: Etanol do Brasil sob pressão dos EUA.....	30

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Fernando Coelho Filho / Ministro de Minas e Energia****Título: Hora de mudar o setor elétrico**

Hoje vamos dar mais um passo à frente no Ministério de Minas e Energia (MME). Caminhar para uma nova fase regulatória do setor elétrico. Buscar um modelo capaz de proporcionar crescimento econômico e, com ele, a oferta de mais e melhores empregos: estamos abrindo uma consulta pública para o aprimoramento do Marco Legal do setor elétrico brasileiro. O tema está maduro para discussão com todos os representantes da sociedade. Há pouco mais de um ano, recebi do presidente da República a tarefa de administrar uma das áreas com os maiores obstáculos a enfrentar no setor de infraestrutura, sob a gestão do MME. Tínhamos pela frente o desafio de articular setores estratégicos marcados por conflitos e incertezas em decorrência de um modelo esgotado e incapaz de atender às necessidades do país.

Esse caminho foi possível porque tive liberdade para escolher e liderar uma equipe técnica reconhecidamente respeitada, que trouxe credibilidade e reaproximou a todos do setor. A exaustão do modelo de desenvolvimento anterior é evidente. O consumo abaixo das previsões causou sobrecontratação de energia elétrica pelas distribuidoras, agravado por regimes hidrológicos desfavoráveis, que comprometem a capacidade de geração a custos baixos. As tarifas estão pressionadas por encargos setoriais e indenizações, e a judicialização eleva a percepção de risco do investidor. As incertezas sobre mudanças no Marco Legal têm adiado os investimentos necessários. Estamos em julho de 2017, as taxas de inflação e de juros são cadentes, já se veem os primeiros sinais de retomada do emprego.

Mas ainda precisamos emitir novos sinais que iluminem os caminhos que precisamos percorrer e atraiam a atenção dos parceiros que, até aqui, se mantiveram próximos, mas relutantes. O desafio agora é propor um modelo novo, com reformas legais e a melhoria do ambiente de negócios. Um modelo inclusivo, que sinalize para a abertura e o fim das reservas de mercado, proporcione acesso à energia renovável e competitiva, provoque redução de encargos com a alocação de custos equilibrada e permita o aumento da liquidez no mercado livre. Tendo sempre a noção de que a liberdade de uns não pode vir em prejuízo de outros.

Um modelo que possa lidar com a tecnologia, que deixa para trás a gestão com base na inteligência centralizada e cede lugar para a inteligência baseada na

nuvem; volátil e veloz na gestão pulverizada. E dar mais liberdade e poder ao consumidor, que aos poucos se transforma em gerador e distribuidor, e que precisa estar dentro das esferas de decisão. A evolução tecnológica — que impõe impactos relevantes sobre a competitividade de diversas classes de equipamentos e força a redução de custos no médio prazo — é uma das principais variáveis a atuar sobre as mudanças na matriz elétrica. Por isso, faremos o debate e a evolução que o setor reclama e o país precisa. Nos próximos 30 dias, estaremos com os canais de comunicação abertos a toda a sociedade.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro / Manoel Ventura

Título: Conta de luz pode subir até 7% após reforma

Governo propõe mudança de regras no setor elétrico que permite privatização de usinas da Eletrobras.

O governo federal detalhou, ontem, a mais ampla reforma na regulamentação no setor elétrico nacional desde 2012 e que pode resultar em um aumento de até 7% na conta de luz de todos os brasileiros. Em um documento de 54 páginas, o Ministério de Minas e Energia propõe uma série de alterações no marco legal do setor no país, que serão discutidas agora por investidores e consumidores. A consulta pública ficará aberta por 30 dias, e o resultado das contribuições estará em um projeto de lei ou medida provisória que o governo prevê publicar em setembro. Na prática, as mudanças propostas pelo governo federal enterram a reforma no setor elétrico comandada pelo governo Dilma Rousseff há cinco anos. O objetivo, naquele momento, com a medida provisória (MP) 579, era reduzir a conta de luz, o que chegou a acontecer. Em 2015, no entanto, a tarifa subiu 50%, e as autoridades do setor tentam corrigir os problemas criados anteriormente.

Além de aumentos na conta para o consumidor, as mudanças realizadas naquela época levaram a uma série de cobranças de indenizações. Neste ano, por exemplo, foi definido que as transmissoras terão direito a uma compensação de R\$ 62,2 bilhões em razão de investimentos realizados que não haviam sido amortizados. Agora, a reforma do governo Michel Temer, se confirmada da maneira como está, deve resultar em novos aumentos para o consumidor. Pelo documento, o Ministério de Minas e Energia vai permitir a privatização de usinas antigas da Eletrobras que tiveram suas concessões renovadas por 30 anos em 2012 e vai mudar o modelo pelo qual a energia gerada por essas usinas é vendida ao mercado.

Os recursos obtidos com a venda dessas usinas serão divididos igualmente entre o Tesouro, a Eletrobras e o fundo setorial Conta de Desenvolvimento Energético

(CDE). Quando a gestão Dilma mudou radicalmente a regulação do setor elétrico, exigiu que usinas mais antigas migrassem para um sistema de tarifas reguladas, com o valor arrecadado pagando apenas os custos de operação e manutenção. Com a reforma do setor, proposta nesta semana, essas usinas terão tarifa de mercado, ou seja, de acordo com a demanda e sem preço fixo. Com essa mudança, o governo abre caminho para privatizar as usinas da Eletrobras, que se tornarão atraentes para futuros compradores.

TARIFAS DE ACORDO COM O HORÁRIO

Para ajudar nas contas públicas e no caixa da estatal, os investidores que comprarem essas usinas terão de pagar um bônus de outorga e ganharão o direito de explorar comercialmente esses ativos por mais 30 anos. Não há, no entanto, tempo hábil para o dinheiro entrar neste ano, mas o valor pode ser usado no resultado fiscal de 2018. Esse movimento deve gerar impactos nas tarifas de energia, como reconhece o próprio governo no documento com as propostas. Mesmo admitindo que as mudanças propostas para a nova regulamentação do setor elétrico poderão aumentar a conta de luz, autoridades do Ministério de Minas e Energia afirmaram que a ampla reforma na regulamentação da área no país trará benefícios para o consumidor, para as empresas e vai ajudar nas contas da União. — O foco dessa mudança é o consumidor. Com esse rearranjo, o consumidor pode pagar uma energia mais cara, mas vai pagar menos encargos e arcar com menos riscos. A intenção é trazer mais eficiência econômica.

Esse reordenamento do mercado será muito positivo para o consumidor. Estamos “desjacobinizando” o setor elétrico. Estamos ficando mais parecidos com o que acontece no resto do mundo. A gente não tem mais estatais para fazer obras ruins. A gente precisa de outro modelo — disse o secretário executivo do ministério, Paulo Pedrosa. Outro ponto da proposta do governo é que as tarifas de energia elétrica de todos os consumidores do país poderão variar de acordo com o horário do consumo da eletricidade nas residências e no comércio. A intenção do governo federal é implementar tarifas mais elevadas nos horários de pico de consumo de energia, como no fim da tarde, e preços mais baixos nos momentos em que a demanda por eletricidade é menor, como na madrugada.

Essa medida já está em estudo na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas não é prevista na legislação do setor. Como parte da série de mudanças sugeridas para o setor, o governo quer dar segurança jurídica para a possibilidade de tarifas dinâmicas na conta de luz. Isso seria regulado pela Aneel, e não há previsão de quando entrará em vigor. Item igualmente importante no documento, discutido há meses com investidores, é a ampliação do chamado mercado livre. Nele, os contratos de compra e venda são negociados entre consumidores e geradores. É possível, portanto, escolher de quem se vai comprar

a energia. Nessa negociação, são definidos preço e duração dos contratos. Em geral, o fornecimento é de até cinco anos. No mercado cativo, onde estão os consumidores residenciais, os contratos são de longo prazo, entre 15 e 30 anos, e são firmados em leilões, entre geradores e distribuidores. O consumidor final, seja uma residência ou uma empresa, não participa da negociação nem pode escolher o gerador.

MAIS FLEXIBILIDADE NO MERCADO LIVRE

Os critérios para a migração de consumidores do mercado regulado para o livre vão ser flexibilizados ao longo dos anos. Hoje, é preciso ter, no mínimo, 3 megawatts. Em 2028, quando o governo prevê o fim do cronograma de flexibilização, o piso será de 75 kilowatts. O governo pretende levar as propostas ao Congresso Nacional por meio de medida provisória ou projeto de lei em setembro, após recolher as sugestões da consulta, que ficará aberta por 30 dias. O governo também encontrou uma forma de resolver os contratos com termelétricas no Nordeste. Mais poluentes, essas usinas têm um custo de operação muito alto, o que tem impacto no preço das tarifas quando precisam ser acionadas. Pela proposta, os contratos poderão ser rescindidos. No lugar dessas usinas, o governo pode contratar fontes limpas de energia, como eólica e solar.

AÇÕES DA ESTATAL DISPARAM 16,14%

As ações da Eletrobras se destacaram entre os papéis que se valorizaram ontem na Bolsa de São Paulo. As preferenciais subiram 10,45% (a R\$ 19,13), e as ordinárias (com voto) avançaram 16,14% (a R\$ 15,83) com a possibilidade de a estatal vender suas usinas. Mesmo assim, a Bolsa fechou os negócios em baixa de 1,08%, aos 62.470 pontos, no terceiro pregão consecutivo de queda. As ações mais negociadas fecharam com desvalorização, com o mercado ainda de olho na crise política e no cenário externo. O dólar comercial encerrou os negócios cotado a R\$ 3,301, com leve alta de 0,18% ante o real. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Gabriela Valente

Título: Governo estuda aumentar alíquota do PIS/Cofins sobre combustíveis

Arrecadação não precisaria ser dividida com estados e municípios.

Os sinais de que a economia começa a reagir ainda não se refletiram em aumento de arrecadação do governo. Com a crescente incerteza em relação ao cumprimento da meta de rombo das contas públicas, de R\$ 139 bilhões,

integrantes da equipe econômica avaliam que será preciso elevar impostos. Segundo fontes ouvidas pelo GLOBO, o primeiro passo será mexer na tributação da gasolina. Internamente, o Ministério da Fazenda começa a defender uma alta da alíquota do PIS/Cofins sobre combustíveis em vez de modificar a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide). Na visão dos defensores de alterar o PIS/Cofins, a alternativa é melhor para a União porque não é necessário dividir a arrecadação com estados e municípios, ao contrário do que teria de ser feito com a Cide, de acordo com técnicos que falaram sob a condição de anonimato. Outra vantagem é que não é preciso o período de noventa (três meses) para que a alta entre em vigor. No entanto, há pressões dentro do governo para que, se houver alta de tributos, a Cide seja escolhida como instrumento.

Nesse caso, seria dado um incentivo para o setor alcooleiro. Na semana passada, o principal plano em estudo era criar uma alíquota flutuante para a Cide sobre a gasolina. Além de arrecadar mais com o tributo mais alto, ele teria um viés “verde” para estimular o uso de etanol em carros flex. Se essa opção for escolhida, um novo mecanismo seria estabelecido: toda vez que a Petrobras aumentasse o preço da gasolina, a alíquota da contribuição diminuiria. No entanto, quando a estatal derrubasse o valor desse combustível, o imposto cairia, mas num patamar menor, o que deixaria o álcool mais vantajoso para o motorista. — Não tem uma decisão tomada ainda. Há uma preferência da Fazenda pelo PIS/Confins para não ter de dividir com os estados — contou uma fonte.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes / Anne Warth

Título: Governo prevê arrecadar R\$ 30 bi com usinas

Venda de hidrelétricas da Eletrobrás pode ajudar no cumprimento da meta fiscal de 2018; consumidor residencial pode ter aumento na conta de até 7%.

O governo calcula que deve arrecadar R\$ 30 bilhões com a venda das usinas antigas da Eletrobrás. Desse total, R\$ 10 bilhões devem ajudar no cumprimento da meta fiscal de 2018, que é de déficit de R\$ 129 bilhões, e podem estar no Orçamento do ano que vem. A expectativa é de que os editais fiquem prontos no primeiro trimestre do ano que vem, a tempo de leiloar essas usinas ao longo do ano. A proposta apresentada pelo Ministério de Minas e Energia prevê que os recursos oriundos da venda desses empreendimentos sejam divididos igualmente entre Tesouro, Eletrobrás e consumidores, por meio de abatimento na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), uma taxa cobrada na conta de

luz que serve para pagar subsídios e programas sociais. Essa divisão tem o apoio da área econômica do governo, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

O governo tem pressa em vender as usinas porque precisa de recursos para fechar a meta fiscal. A Eletrobrás também tem interesse em licitar essas unidades rapidamente, pois só terá direito a ficar com uma parte dessa renda caso consiga viabilizar a venda dos ativos até 31 de dezembro de 2019. Nesse cenário, R\$ 10 bilhões ficam com o Tesouro, R\$ 10 bilhões com a Eletrobrás e R\$ 10 bilhões com os consumidores. Caso essa energia seja vendida em 2020 ou depois, dois terços dos recursos arrecadados ficam com a União e um terço, com o consumidor. Após esse prazo, a Eletrobrás não ficaria com nenhuma parte desse dinheiro, segundo explicou uma fonte do governo. A Eletrobrás vai escolher quais ativos quer privatizar. Se quiser, poderá transformar cada usina em uma Sociedade de Propósito Específico (SPE).

Outra possibilidade é reunir várias dessas usinas em uma nova SPE. Independentemente do formato, quem comprar essas novas empresas levará, além da energia, os empregados e os passivos da companhia. O novo dono das usinas vai assumir e precificar esses custos. Por isso, antes dessa operação, a Eletrobrás terá que fazer uma reestruturação para reduzir os custos e a força de trabalho. O mercado também avalia que o sistema vai beneficiar a companhia. Ontem, as ações ordinárias da Eletrobras fecharam em alta de 16,14%, e as preferenciais subiram 10,45%. Foram as duas maiores altas do Ibovespa pelo segundo dia consecutivo. Nesses dois dias, os papéis da companhia acumulam valorização próxima de 25%. Conta de luz.

Para o consumidor, haverá aumento de custo da energia, estimado pela área econômica em algo entre 5% e 7%. Segundo essa fonte, porém, para cada R\$ 1 bilhão que entrar na CDE, a tarifa de energia paga pelos consumidores residenciais poderá cair 0,6 ponto porcentual, abatendo parte desse aumento tarifário. O secretário executivo de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, reconheceu que a tarifa de energia pode ficar mais cara para o consumidor com a venda das cotas da Eletrobrás. “A energia ficará mais cara, mas o consumidor terá menos encargos e não terá risco de gestão”, afirmou. Segundo Pedrosa, o potencial de reajuste de 7% nas tarifas para o consumidor considera a venda de toda a energia das usinas antigas da Eletrobrás, que soma 8,5 mil MW, de uma só vez, o que está não nos planos do governo. “O aumento de 7% é uma situação extrema e não vai acontecer.”

Seção: Economia**Autor: Fernanda Guimarães****Título: Ômega segue com IPO e oferta vai movimentar**

A Ômega Geração, do setor de energia eólica, decidiu nesta quinta-feira, 6, seguir em frente com sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), a despeito da crise política do País. Considerando a colocação integral do lote adicional (20% do lote principal), a oferta poderá movimentar entre R\$ 900 milhões e R\$ 1,1 bilhão, dependendo do preço estabelecido na faixa indicativa para o IPO. A oferta será primordialmente primária. Além da Ômega, Carrefour Brasil, Biotoscana e IRB Brasil Re estão na rua para estrearem na Bolsa neste mês. A atualização do prospecto da Ômega na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) será feita nesta sexta-feira, 30, último dia para que a emissão possa acontecer na janela de julho. Procurada, a Ômega Geração não comentou por estar em período de silêncio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: NICOLA PAMPLONA LUCAS VETTORAZZO DO RIO JULIO WIZIACK Brasília****Título: Ações da Eletrobras dispararam com plano de reforma do setor elétrico**

As ações da Eletrobras dispararam nesta quinta-feira (6), com alta de 16%, após a divulgação da proposta do governo de reforma do setor elétrico brasileiro, que melhora as condições para a venda de ativos da estatal.

Para especialistas, porém, o projeto pode refletir em aumento do preço da energia.

A proposta foi divulgada ao mercado na quarta-feira (5) e detalhada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) nesta quinta. O governo defende que as medidas terão efeitos positivos tanto para o consumidor quanto para as empresas do setor.

"A intenção é trazer mais eficiência econômica. Estamos 'desjabuticabalizando' o setor, ficando mais parecidos com o que acontece no resto do mundo", afirmou Paulo Pedrosa, secretário-executivo do ministério.

No curto prazo, as principais mudanças privilegiam a Eletrobras, ao aumentar o valor de mercado de usinas hidrelétricas da empresa.

As ações ordinárias da estatal (com direito a voto) subiram 16,21%. As estatais Cemig (Minas) e Copel (Paraná) também tiveram alta, de 2,4% e 3,8%, respectivamente, em um dia de baixa na Bolsa de Valores de São Paulo.

Isso porque as novas regras preveem que as usinas estatais que já tiveram a renovação antecipada em 2013 serão "descotizadas", ou seja, liberadas do compromisso de vender cotas de energia a preços mais baratos, para a privatização.

A Eletrobras aderiu ao programa de renovação, decisão que foi questionada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) porque provocou perda de receita.

A "descotização", porém, pode provocar alta nos preços da energia, já que essas usinas hoje vendem energia a R\$ 50 por megawatt-hora e poderão vender a preços mais caros —atualmente em torno de R\$ 150 por MWh.

Para o consultor da FGV Energia Paulo Cunha, porém, as medidas devem ser implementadas "de forma cautelosa, de modo a evitar impactos tarifários no curto prazo".

"A proposta vai em sentido contrário à modicidade tarifária", disse o presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite.

O governo disse que eventual alta no custo de geração será compensada pela redução dos subsídios cruzados hoje cobrado na conta de luz.

Além disso, a proposta abre espaço para o cancelamento de contratos com térmicas mais caras e o fim dos leilões de energia de reserva —aquela contratada para funcionar como um seguro— o que pode compensar parte do aumento.

No geral, o mercado elogiou as propostas, alegando que garantem maior previsibilidade aos investimentos no setor, que passou a viver um ambiente conturbado de questionamentos judiciais após a última reforma, promovida pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2012.

ENTENDA

Reforma do setor elétrico afeta vários pontos

Mercado livre cresce

Governo quer reduzir os requisitos para adesão ao mercado livre de eletricidade, no qual clientes podem negociar contratos com geradores e comercializadoras. Hoje, é exigida demanda mínima de 3 megawatts

Garantias diárias

Para reduzir inadimplência, agentes que operam no mercado de eletricidade serão chamados a aportar garantias diariamente para cobrir suas posições no mercado, o que hoje acontece mensalmente

Tarifa por hora

As regras preveem que poderá ser implantada até o final de 2021 a cobrança de tarifas de eletricidade diferenciadas por horário para todos consumidores, mesmo residenciais

Descontratação de termelétricas caras

Termelétricas com custo de operação muito elevado poderão rescindir contratos sem pagamento de multa

CCEE assume funções

A CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), que registra contratos de compra e venda de energia, deve ter um papel maior, centralizando pagamentos a agentes de transmissão de energia

Fim da energia "de reserva"

Governo quer separar a contratação de nova capacidade em usinas, ou lastro, da comercialização de energia dos empreendimentos

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Governo quer calendário de leilão e regras mais flexíveis para petróleo

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) divulgou nesta quinta-feira (6) a nova política de exploração e produção de petróleo do país, que prevê planos plurianuais para a realização de leilões de áreas exploratórias e flexibilidade das regras de acordo com mudanças no cenário global.

A política tem por objetivo, de acordo com o CNPE, maximizar a recuperação do petróleo nos reservatórios, quantificar o potencial petrolífero nacional e promover a intensificação da atividade exploratória e a monetização das reservas existentes.

Nesse sentido, a ANP (Agência Nacional do Petróleo) terá de elaborar um plano plurianual de oferta de áreas petrolíferas com duração de cinco anos. O plano poderá ser atualizado de acordo com mudanças no mercado de petróleo.

A medida era defendida pelo diretor-geral da agência, Décio Oddone, para quem a divulgação antecipada dos leilões garante maior previsibilidade e facilita a avaliação das áreas pelas petroleiras.

Atualmente, há um plano de leilões até 2019: serão quatro do pré-sal, três do pós-sal e três de campos maduros —áreas que já estão com a produção em declínio. Desses, dois leilões do pré-sal já estão agendados para outubro de 2017 e um do pós-sal para setembro.

Além disso, a ANP poderá manter oferta permanente de áreas que já foram leiloadas, mas foram devolvidas pelos concessionários. Dessa forma, elas poderão ser disputadas sempre que um investidor demonstrar interesse, sem a necessidade de realização de leilões.

O CNPE determina que a agência fixe "critérios licitatórios e contratuais que ampliem a atratividade dos blocos, ante a competição global por recursos de exploração e produção e aos cenários da indústria à época da definição desses critérios".

A nova política autoriza a ANP a cobrar o percentual mínimo de royalties previsto em lei, de 5% sobre a produção, para investimentos que possam estender a vida útil de campos já em declínio.

Atualmente, todas as concessões do país pagam royalties de 10%. A alíquota mais baixa valerá para os volumes adicionais que a empresa conseguir retirar do campo.

A agência já havia conseguido autorização para reduzir a taxa cobrada sobre futuras concessões. Na 14ª rodada de licitações, prevista para o segundo semestre, por exemplo, áreas com maior risco exploratório terão os royalties reduzidos.

A taxa só voltará ao limite máximo de 10% se os campos passarem a pagar participação especial, espécie de Imposto de Renda cobrado sobre as concessões que têm elevada produtividade.

Nesse leilão, serão oferecidos 287 blocos exploratórios.

Compartilhar0

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: No 2º ajuste da semana, Petrobras reduz em 0,5% preço de combustíveis

A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (6) reduções de 0,5% nos preços da gasolina e do diesel nas suas refinarias, a partir desta sexta-feira (7), de acordo com o site da companhia.

A empresa não detalhou os motivos para o movimento. O ajuste é o segundo após a revisão feita em sua política de preços na semana passada, que busca aumentar a frequência de reajustes em uma tentativa de retomar participação de mercado.

Na segunda-feira (3), a Petrobras decidiu aumentar o preço médio do diesel nas refinarias em 2,7% e elevar o da gasolina em 1,8%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: França quer fim da venda de carros a gasolina e diesel em 2040

O governo francês quer acabar com a venda de carros movidos a diesel e gasolina no país em 2040 e neutralizar as emissões de carbono 10 anos depois, disse o ministro do Meio Ambiente, Nicolas Hulot.

"Nós anunciamos o fim da venda de veículos a gasolina e diesel em 2040," disse Hulot, introduzindo durante uma apresentação de medidas para manter o impulso ao Acordo do Clima de Paris e admitindo que o objetivo será uma meta árdua de cumprir, especialmente para as montadoras.

É uma "verdadeira revolução", mas "estão reunidas as condições", afirmou.

"O objetivo de neutralizar as emissões de carbono nos forçará a realizar os investimentos necessários", destacou.

"Nossos próprios fabricantes [de automóveis] têm como se alimentar e incorporar essa promessa (...) que é também uma questão de saúde pública", acrescentou.

O presidente francês, Emmanuel Macron, quer continuar com a implementação do pacto para combater a mudança climática depois que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, retirou o país do acordo histórico alcançado em 2015.

Ele disse que as propostas, como a decisão de acabar com a venda de veículos movidos a combustíveis fósseis, são uma prioridade e constituem uma "revolução", mas que as soluções estão disponíveis, e os fabricantes de automóveis franceses ajudarão nessa tarefa.

Os veículos a diesel e a gasolina representaram cerca de 95,2% da frota francesa de automóveis novos no primeiro semestre, enquanto os veículos elétricos detiveram 1,2% do mercado. Os carros híbridos representaram cerca de 3,5%.

As empresas francesas Peugeot, Citroen e Renault encabeçaram em 2016 —nessa ordem— uma lista dos principais fabricantes que geram menos emissões de poluentes, de acordo com a Agência Europeia do Ambiente.

Vários países europeus já anunciaram planos de reduzir drasticamente o número de carros a gasolina e diesel nas estradas, dando preferência a híbridos e elétricos.

Em 2020, a Alemanha quer que um milhão de carros elétricos circulem no país.

Em 2016, os carros híbridos e elétricos foram responsáveis por 3,6% dos carros novos registados na Europa Ocidental.

INDÚSTRIA E OS ELÉTRICOS

Nesta quarta (5), a [Volvo anunciou que todos os seus modelos terão motores elétricos a partir de 2019](#), o que a torna a primeira montadora de automóveis convencional a decretar o fim dos veículos movidos apenas por motores de combustão interna.

A empresa disse que fará da eletrificação a plataforma central de seu negócio.

De 2019 em diante, ela só fabricará três tipos de carro: 1) puramente elétricos; 2) híbridos recarregáveis por meio de tomadas (plug-in); e 3) os chamados híbridos "leves", que combinarão uma grande bateria a um pequeno motor a gasolina.

"O anúncio marca o fim dos carros movidos apenas por motores de combustão interna", disse Hakan Samuelsson, presidente-executivo da montadora.

A agenda da Volvo provavelmente despertará dúvidas sobre a posição da Tesla, a montadora norte-americana de carros elétricos cujo valor em Bolsa disparou em um período no qual não havia concorrência em termos de veículos puramente elétricos.

A Tesla, que vendeu 76 mil veículos no ano passado, planeja produzir 1 milhão de carros ao ano a partir de 2020, mas seu valor de mercado, US\$ 58 bilhões, já é mais alto que o da General Motors, que vendeu 10 milhões de carros no ano passado.

A Tesla vem conquistando apoio entusiástico dos investidores, que acreditam no futuro de emissão zero de poluentes projetado pelo presidente-executivo da montadora, Elon Musk.

O primeiro dos importantíssimos Tesla Model 3 —o carro que Musk espera ajude a transformar veículos elétricos de baixo custo em um objeto de desejo para as massas, em lugar de apenas um brinquedo de curto alcance para motoristas preocupados com a ecologia— deve ser entregue ao comprador neste mês, respeitando o cronograma.

Mas o anúncio da Volvo mostra que os dias da Tesla como única montadora premium de carros elétricos estão contados.

A Jaguar anunciou que seu utilitário esportivo elétrico, o I-Pace, chegará ao mercado no final do ano que vem, e a Audi começará a vender dois modelos elétricos premium em 2019, o ano em que a Mercedes lançará seu primeiro utilitário esportivo elétrico, como parte de sua nova marca EQ.

No Salão do Automóvel de Frankfurt, em setembro, a BMW deve anunciar uma versão elétrica da Série 3, sua linha mais vendida de carros.

Em 2020, as montadoras tradicionais devem ter linhas amplas de carros elétricos à venda, oferecendo alcance de cerca de 500 quilômetros, disse Michael Muters, administrador de fundos da Union Investment.

"Creio que será bem difícil para a Tesla manter sua posição, nesse mercado", disse. "O império vai contra-atacar."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Volvo dá um choque elétrico em fabricantes de carros

Dois acontecimentos nesta semana sinalizaram uma mudança de ritmo na chegada dos veículos elétricos às ruas. Elon Musk, presidente-executivo da Tesla, anunciou que o primeiro modelo da companhia para o mercado de massa, o Model 3, sairá da linha de produção nesta semana pronto para o lançamento marcado para o fim do mês.

Isso foi seguido pelo [anúncio da Volvo](#) de que a montadora sueca de automóveis, controlada pelo grupo automotivo chinês Geely, deixará de fabricar veículos equipados apenas com motor de combustão interna a partir de 2019. Dali por diante, todos os modelos da Volvo serão movidos apenas por baterias —ou por uma combinação entre baterias e motor a gasolina.

Menos de 1% dos carros que circulam nas ruas hoje têm propulsão elétrica. O que é significativo, e o contexto no qual a declaração da Volvo foi realizada é o ritmo de mudança desse número. As vendas de carros elétricos subiram em 42% em 2016, crescimento cerca de oito vezes maior que a média do mercado automotivo.

Há um debate saudável nos setores automotivo e de energia para determinar se veículos propelidos por baterias ou por células combustíveis de hidrogênio representam o caminho do futuro. Estes últimos estão atrás dos veículos elétricos em sua evolução, por causa (entre outras coisas) do processo ineficiente em termos energéticos usado para extrair hidrogênio combustível. De qualquer

forma, já é possível prever um futuro no qual os combustíveis fósseis desempenharão papel limitado no transporte de pessoas.

Ainda estamos longe de realizar o sonho mais amplo de uma economia ecológica, com baixa queima de carbono. Mesmo assim, está se tornando mais fácil visualizar um mundo no qual forte crescimento econômico conviverá com ar mais limpo, emissões de carbono menores e menos dependência quanto ao petróleo.

O ritmo de adoção das tecnologias ecológicas já excedeu em muito as expectativas de muitos especialistas, o que desperta a esperança de que o nostálgico caso de amor de Donald Trump com os combustíveis fósseis represente uma aberração, e não uma reversão dos esforços mundiais para enfrentar a mudança no clima.

Restam, no entanto, obstáculos significativos a uma adoção mais rápida dos carros elétricos. O primeiro é tecnológico. No momento, o alcance desses veículos, um máximo de cerca de 300 quilômetros, continua a ser um desincentivo, especialmente nos Estados Unidos, onde os motoristas estão acostumados a percorrer longas distâncias com um tanque de gasolina.

As baterias continuam a ser uma incógnita. Precisam se tornar mais poderosas e mais baratas. O volume de investimento para tanto é encorajador. Mesmo assim, até a Tesla sofreu percalços no caminho.

O segundo obstáculo é a infraestrutura. Pontos de recarga rápida talvez venham a se espalhar pelas cidades da mesma maneira que os caixas eletrônicos fizeram. Mas a rede de eletricidade, em sua configuração atual em cidades como Londres, não está preparada. Alguns especialistas temem que uma alta do uso nos horários de pico gere escassez de energia.

Além disso, os benefícios dos carros elétricos ainda dependem pesadamente do tipo de eletricidade usada para abastecê-los: se a bateria for carregada por uma usina de energia acionada a carvão e que emite nuvens de gases tóxicos, as vantagens ecológicas se dissipam.

Até o momento, os avanços conquistados vêm sendo propelidos acima de tudo por subsídios governamentais. Isso não é ruim. Mas o custo precisa cair até um ponto que permita que o setor se sustente sem ajuda. Isso não significa que o governo deveria relaxar seus esforços. As cidades estão cada vez mais perto de proibir veículos diesel, para melhorar a qualidade de seu ar. Isso também poderia acelerar as vendas de carros elétricos.

O que a Tesla fez foi tornar desejáveis os carros elétricos de luxo. A empresa está próxima de possibilitar que eles também se tornem atraentes para o público de massa. Ao fazê-lo, está estimulando outras montadoras a agir mais rápido do que

qualquer um esperava. Que um grupo estabelecido como a Volvo estabeleça um prazo para abandonar o motor de combustão interna representa um marco - e deveria encorajar empresas e governos a acelerar seu avanço.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MARCELO TOLEDO DE RIBEIRÃO PRETO

Título: Dívida de indústrias de açúcar e álcool cai, mas usinas cobram programa

O endividamento das indústrias de açúcar e álcool apresentou redução neste ano, mas o setor argumenta que a reforma de canaviais está comprometida, há deficiência em pesquisas e em tecnologia no campo e é necessária a implantação de um programa para destravar investimentos.

Estimativa do Itaú BBA aponta que o setor sucroalcooleiro iniciou a atual safra, em março, com uma dívida total de R\$ 84 bilhões, ante os R\$ 94 bilhões de um ano antes —a conta é feita usando como parâmetro o mesmo nível de endividamento dos grupos atendidos pelo banco.

O banco atende 57 grupos do centro-sul do país, que processaram 411 milhões de toneladas de cana das mais de 600 milhões de toneladas da safra passada.

Esses clientes tinham dívida de R\$ 55,7 bilhões no fim da safra 2015/16, montante que se estima ter sido reduzido para R\$ 50 bilhões em março. Os dados consolidados serão fechados em agosto, após análise de balanços das usinas.

"Quando olhamos a safra 2015/16, vemos que houve aumento de geração de caixa, mas a dívida ficou estável. Na mostra de clientes que a gente tem, o que vemos é uma redução da dívida [na safra 16/17]. Acreditamos que a safra 17/18 ainda seja boa em termos de geração de caixa e de capacidade de desalavancagem para o setor", afirmou Pedro Barreto, que é diretor de agronegócio do Itaú BBA.

DESCARBONIZAÇÃO

Para ele, o Renovabio pode contribuir para destravar investimentos maiores caso haja confiança na metodologia de precificação de longo prazo do etanol.

O Renovabio é um programa que prevê criar uma política de descarbonização do transporte e que permitirá, segundo o setor sucroenergético, mais investimentos em capacidade produtiva, chegando a 54 bilhões de litros de etanol em 2030, quase o dobro do volume atual.

A previsão do mercado é que a proposta tramite no Congresso Nacional neste segundo semestre.

Apesar de considerar que a safra 2016/17 foi um "alento", Celso Torquato Junqueira Franco, presidente da Udop (União dos Produtores de Bioenergia), disse que o cenário não aliviou muito o endividamento, especialmente de unidades que já estavam em níveis comprometedores.

"Como houve melhoria na rentabilidade, a pressão da dívida diminuiu. O valor não, mas a pressão sim."

De acordo com ele, o entendimento do setor é que, se não houver "compreensão clara" do governo da importância de implantar o Renovabio, será difícil manter a produção atual.

"Alguma coisa vai ter de ser feita. Muitos estão comprometendo a reforma de canaviais e de tecnologia por falta de caixa. Temos problemas de deficiência de pesquisa, de variedades, mas a maior dificuldade hoje é a capacidade financeira de implantar tudo aquilo que já acontece."

Junqueira Franco afirmou ainda que o Renovabio dará direcionamento de longo prazo para o país, por permitir energias limpas, renováveis e por ser sustentável economicamente.

Para o diretor do Itaú BBA, o cenário atual não é atrativo para grandes movimentos em relação a investimentos estrangeiros no setor e, se ocorrerem, serão de maneira mais "tímida".

QUEDA

A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) estima que a safra 2017/18 será de cerca de 585 milhões de toneladas de cana, ante as 607,14 milhões de toneladas processadas na safra 2016/17.

A redução ocorre principalmente devido à retração na área disponível para colheita e na queda esperada da produtividade agrícola dos canaviais.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel/Hamilton Ferrari

Título: Sem subsídio, energia pode ficar 7% mais cara

Para garantir atratividade à privatização das subsidiárias da Eletrobras, o governo decidiu reestruturar o setor elétrico e abriu uma consulta pública sobre

o assunto. A ideia, explicou o secretário executivo do Ministério das Minas e Energia, Paulo Pedrosa, é “desjabuticalizar” o marco regulatório e torná-lo mais próximo do que existe no resto do mundo, com ampliação do mercado livre e o fim de subsídios por meio de encargos setoriais. Para o consumidor, o impacto na tarifa pode ser um aumento de 7%.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, explicou que, em setembro, depois da contribuição dos agentes do setor, o governo deve anunciar uma medida provisória. “Não podemos deixar como está, caminhando para passivos bilionários inexequíveis, com judicialização crescente”, disse. Pedrosa ressaltou que o governo precisa “dar mais previsibilidade ao mercado”. “Haverá transição, uma migração gradual, sem quebra de contratos”, garantiu.

O mercado gostou da expectativa e da notícia. As ações da Eletrobras tiveram as maiores altas da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) nos últimos dois dias. Na quarta-feira, os papéis ON subiram 7,75% e os PN, 6,58%. Ontem, as altas foram de 16,14% e 10,45%, respectivamente.

Para o presidente da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Alexei Vivan, o setor também aprovou a iniciativa do governo. “Eles pretendem revisar o modelo, que de fato precisa ser revisto”, ressaltou. Vivan disse que os agentes gostaram da medida porque serão ouvidos. “De pronto, o que é positivo é que o governo se propõe a não misturar política pública com tarifa de energia, ao tirar os subsídios do setor e dar transparência na formação do preço”, afirmou.

O secretário de Minas e Energia explicou que o governo vai ampliar o mercado livre, inicialmente para os consumidores de média tensão. “Para os de baixa tensão (residenciais), isso deve ocorrer mais tarde”, afirmou. O consumidor cativo (obrigado a comprar energia da concessionária da sua região) só poderá migrar para o mercado livre em 2028.

O governo reconheceu que a retirada das companhias do sistema de cotas (divisão do pagamento da Conta de Desenvolvimento Energético entre as empresas do setor) poderá repercutir em aumento da tarifa de até 7%. “Esse índice é o efeito máximo se todas as companhias saírem ao mesmo tempo”, ressaltou Pedrosa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Juliana Machado | Do Rio e São Paulo

Título: Reforma regulatória tem ampla aprovação do setor elétrico

O mercado de energia foi praticamente unânime ao avaliar positivamente a proposta de reforma do setor elétrico colocada em consulta pública esta semana pelo Ministério de Minas e Energia. De forma geral, executivos e especialistas consideraram que o texto busca resolver problemas graves do setor, como o impacto financeiro do déficit de geração hídrica, e avança em direção à modernidade da indústria de energia, além de demonstrar a disposição do governo em discutir as mudanças com o mercado.

Maior geradora de energia privada do Brasil, a gigante franco-belga Engie elogiou a medida. De acordo com a empresa, a flexibilização de prazos dos contratos de concessão, a sinalização adequada do preço da energia e a previsibilidade regulatória tornam o ambiente mais atrativo.

Segundo Maurício Bähr, presidente da Engie no Brasil, a possibilidade de extensão dos contratos de concessão aliada a uma repactuação do risco hidrológico, compensando o gerador pelo deslocamento de operação de sua hidrelétrica pelo despacho fora da ordem de mérito (por medida de segurança energética), pode recuperar a rentabilidade da usina de Jirau, no rio Madeira (RO), do qual a companhia possui 40%. Os demais sócios são Chesf (20%) e Eletrosul (20%) e a japonesa Mitsui (20%).

"É muito positivo pensar que dá para se reequilibrar com a extensão dos contratos de concessão", afirmou Bähr, ao **Valor**. "Com a extensão do contrato, Jirau começa a recuperar a rentabilidade, que hoje é negativa. Essa flexibilidade do governo já abre caminho para a solução."

Mário Menel, presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), uma das mais fortes entidades do setor, formada por empresas privadas, como Vale, Votorantim Energia e ArcelorMittal, também elogiou o teor do texto. "A nota técnica faz diagnósticos sobre o que está travando o mercado e olha para a frente, dá toques de modernidade."

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), que representa o segmento da indústria de energia com maior participação privada, também destacou como positivas a correção de distorções no mercado e a vinculação dos subsídios ao teto da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Segundo o presidente da Abradee, Nelson Leite, porém, a proposta de reversão das cotas na privatização de hidrelétricas aumentará a tarifa para os consumidores. "Isso merece ser aperfeiçoado".

O presidente do conselho de administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Rui Altieri, comemorou o fato de a proposta possibilitar o fim da guerra de liminares no mercado de curto prazo, cuja inadimplência na liquidação deste mês, referente às operações de maio, deve superar R\$ 1,6

bilhão. "Ficamos animados porque é uma solução que tem tudo para resolver o nosso problema", disse Altieri, após participar de evento sobre energia solar, no Rio.

Presente ao evento, Rodrigo Sauaia, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), disse que a proposta transforma um modelo de "colcha de retalhos" em um marco que olha não só para o preço da energia, mas para o valor que ela traz para o sistema e a sociedade. Ele, porém, disse ser importante garantir os conceitos apresentados no texto da medida provisória que será publicada ao fim do processo.

O presidente da comercializadora Comerc Energia, Cristopher Vlavianos, também demonstrou preocupação com o texto final da medida. "Quando a MP chegar ao Congresso, vão começar as emendas e talvez tentativas de desmontá-la, mas o ministro Fernando Coelho Filho, os secretários e o presidente da EPE, Luiz Barroso têm conhecimento técnico", disse o executivo.

Sobre a intenção de abertura do mercado livre apenas para consumidores em alta tensão para o limite mínimo de 75 quilowatts (kW) de demanda, até 2018, o presidente da Associação Brasileira de Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Reginaldo Medeiros, considerou a meta conservadora e defendeu a abertura para consumidores residenciais.

Para Gustavo Arfux, sócio-diretor da Compass, especializada em comercialização de energia, ainda assim, a proposta de abertura do mercado livre é positiva. O executivo destacou que o principal ponto da nota técnica é a alocação adequada de custos entre os agentes e a busca da estabilidade para reduzir a judicialização no setor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Daniel Rittner | De Brasília

Título: Proposta incentiva privatização de hidrelétricas da Eletrobras até 2019

O Ministério de Minas e Energia descarta a privatização das usinas hidrelétricas operadas pela Eletrobras de uma só vez, mas prevê um incentivo para a venda dos ativos até o fim de 2019. A regra pela qual os recursos arrecadados com os leilões das usinas são divididos em três partes - um terço para a estatal, um terço para o Tesouro Nacional e um terço para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - valerá apenas nos próximos dois anos.

Ao fim deste processo, se implementado, a estatal vai se transformar em uma empresa menor, mais enxuta, e menos endividada.

Apenas com a privatização das usinas no regime de cotas - criado pela Medida Provisória 579, em 2012 -, que reúne cerca de 14 gigawatts (GW) de capacidade instalada, a companhia deve perder um terço da sua potência total, que somava 46,8 GW ao fim do ano passado.

A companhia do grupo mais afetada será a Chesf, que perderá 86% dos seus 10,6 GW de potência instalada. Em seguida, aparece Furnas, que tem hoje 11,6 GW, dos quais 4,6 GW estão no regime de cotas. Além disso, a Eletrobras também já declarou que pretende vender outros ativos de geração com grande peso em seu portfólio, como as participações nas megausinas de Belo Monte, no rio Xingu (PA), e Santo Antonio e Jirau, localizadas no rio Madeira (RO).

Na parte de transmissão de energia, a companhia deve continuar grande, mas se desfazendo de projetos com atraso ou que ainda exigem investimentos significativos para operação. Por fim, existe o plano em fase de implementação de privatizar as distribuidoras que estão debaixo da Eletrobras. Esse processo pode ser concluído ainda neste ano.

A parte positiva, para a Eletrobras, é que o ministério pretende destinar parte dos recursos das outorgas da privatização das geradoras em regime de cotas à estatal. Em entrevista concedida ontem a jornalistas, o ministro Fernando Coelho Filho e o secretário-executivo da pasta, Paulo Pedrosa, evitaram entrar em detalhes sobre o cronograma de privatizações e ressaltaram que a proposta ainda está aberta a debate com os agentes do setor. No entanto, Pedrosa lembrou que, uma vez amortizada, qualquer hidrelétrica passa a ser um ativo da União, que pode definir a melhor forma de explorá-la. Agora, o ministério propõe como incentivo que um terço da receita fique com a Eletrobras.

Há ainda outro incentivo que pode ajudar a Eletrobras a ser uma empresa mais eficiente. A proposta prevê que a companhia privatize não apenas as usinas, mas as atividades correspondentes aos ativos, como numa empresa. Assim, passivos trabalhistas, ambientais e dívidas também sairão do balanço da estatal.

Ainda não é possível calcular um valor máximo para a outorga total, pois as usinas serão privatizadas em um regime inédito no Brasil: totalmente descontratadas. As hidrelétricas não terão acordos de longo prazo atrelados a seus negócios no mercado cativo de energia. Caberá aos geradores fazer a gestão da energia, que poderá ser destinada ao mercado livre, ou contratada no mercado cativo em leilões de energia existente.

A possibilidade de enxugamento da Eletrobras agradou o mercado, principalmente pelo fato de que essas usinas atualmente dão prejuízos operacionais à companhia. As ações ordinárias da estatal tiveram alta de 16,14% ontem, a R\$ 15,83.

A nota técnica divulgada, porém, não é definitiva. Ela ficará em consulta pública por 30 dias.

Uma questão que deve ser discutida é a da isonomia. Muitos agentes ouvidos pelo **Valor** questionaram o fato de uma parte da outorga ficar com a Eletrobras, mas não haver essa possibilidade para outras companhias. Isso sem falar em empresas como Cesp, Copel e Cemig, que não aceitaram a renovação das concessões nos termos da MP 579 e viram suas capacidades instaladas serem reduzidas significativamente. Uma alternativa seria todos os recursos irem para o Tesouro, com o compromisso de que este faria um aporte na Eletrobras em seguida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Camila Maia | De Brasília

Título: Usinas da Chesf podem financiar o Novo Chico

O governo cogita usar até R\$ 5 bilhões do dinheiro que for arrecadado com a venda de usinas hidrelétricas da Chesf no programa de revitalização do rio São Francisco. Batizado de Novo Chico, o programa foi lançado no ano passado para recuperar a bacia hidrográfica e prevê ações em 505 cidades. A questão é que faltam recursos orçamentários suficientes para bancar investimentos de R\$ 7 bilhões em dez anos.

Diante da escassez de verbas, a reforma do setor elétrico surgiu como uma alternativa para financiar o programa. Com o aval do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a ideia é usar o bônus de outorga referente à privatização de algumas usinas da Chesf como fonte de recursos para o Novo Chico. Segundo estimativas do ministro, o reforço pode chegar a R\$ 500 milhões por ano, por uma década.

Coelho Filho ressalta que há uma estreita relação entre as duas áreas. Em boa parte por causa da deterioração ambiental do rio, sua vazão tem ficado cada vez mais baixa e isso tem atingido as operações de hidrelétricas no curso do São Francisco. O exemplo mais gritante é a usina de Sobradinho, na Bahia, que há anos convive com uma situação de esvaziamento do reservatório e pode chegar ao "volume morto" pela primeira vez neste ano. A represa estava com apenas 11,49% da capacidade máxima na segunda-feira. Há exatamente um ano, estava com 22,1% do volume útil.

O último ano de vazões acima da média foi 2011. Para poupar água, Sobradinho tem liberado apenas 600 metros cúbicos por segundo em suas comportas, o que limita o curso do rio em direção à foz. O normal é 1.400 m³ /s.

A revitalização do São Francisco é tocada pelo Ministério da Integração Nacional, comandado pelo pemedebista Helder Barbalho, que também busca formas de garantias as ações anunciadas para a bacia hidrográfica. Entre as principais iniciativas estão recuperação de nascentes, controle de processos erosivos e recuperação de áreas degradadas, educação ambiental, saneamento básico, modernização da irrigação, apoio à produção sustentável e fiscalização ambiental.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Produção de gás natural crescerá 55% até 2026 com pré-sal

A produção líquida de gás natural do Brasil deverá crescer cerca de 55% nos próximos dez anos, dos atuais 61 milhões de metros cúbicos/dia para aproximadamente 95 milhões de metros cúbicos/dia, em 2026, de acordo com cálculos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A produção líquida inclui o total de gás produzido, descontando o volume queimado nas plataformas, reinjetado nos poços e consumido nas unidades de produção.

Na avaliação da estatal de estudos energéticos, o aumento da produção líquida será motivado principalmente pela maior contribuição do gás associado produzido nos campos do pré-sal. O gás do pré-sal, que responde hoje por 33% da produção líquida total do país, representará metade desse volume em 2026. As projeções da EPE subsidiam o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026, cuja minuta será divulgada nas próximas semanas pelo Ministério de Minas e Energia para consulta pública.

Com relação à importação de gás natural, a estatal trabalha com a manutenção da capacidade dos terminais de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) da Baía de Guanabara (RJ), Pecém (CE) e Baía de Todos os Santos (BA), que somam 41 milhões de metros cúbicos diários.

A estatal ainda considera em seus estudos um novo terminal em Sergipe, para atender uma termelétrica de 1,5 mil megawatts (MW) de capacidade, com previsão de entrada em operação em 2020. A oferta do terminal, no entanto, ainda não é incluída no volume total de GNL importado disponível ao mercado brasileiro por não haver conexão entre este terminal e à malha de gasodutos do país.

Sobre o gás natural importado da Bolívia, a EPE trabalha com um volume de 30 milhões de metros cúbicos diários até 2021. Embora os principais contratos relativos à importação do energético terminem em 2019, há um direito de "make

up" (compensação) pela Petrobras, por não ter retirado todo o volume previsto no contrato, que deve manter o suprimento nos mesmos patamares por cerca de dois anos.

A partir de 2022, a EPE avalia uma redução do volume de gás importado do país vizinho. "Estimamos que a renovação do Gasbol [Gasoduto Bolívia-Brasil] não vai ser os 30 milhões. Vai ser inferior a isso", afirmou José Mauro Coelho, diretor de estudos do petróleo, gás e biocombustíveis da EPE.

A queda do volume importado da Bolívia, nas projeções da EPE, deve-se principalmente ao crescimento da oferta interna do energético no Brasil. Além disso, o volume menor a ser contratado do país vizinho, da ordem de 20 milhões de metros cúbicos/dia, segundo a EPE, não deverão ser preenchidos apenas pela Petrobras, mas por outras companhias interessadas em adquirir gás. As projeções sobre a Bolívia fazem parte de estudo da EPE que será lançado nas próximas semanas.

Com relação à demanda brasileira por gás natural, atualmente de 71,6 milhões de metros cúbicos/dia, a EPE projeta um crescimento de 2% ao ano até 2026. A estatal calculou ainda a oferta total de gás disponível no mercado brasileiro atualmente, considerando produção nacional e importação via GNL e Gasbol, somando cerca de 120 milhões de metros cúbicos diários.

Esse volume supera em cerca de 20 milhões de metros cúbicos diários a demanda total brasileira em um cenário de estresse, considerando todo o mercado de gás, além do acionamento simultâneo de todo o parque termelétrico a gás natural e de usinas bicompostíveis, também movidas a gás. "No estresse máximo e improvável, o Brasil tem estrutura para suportar toda a demanda e ainda sobrar", avaliou o diretor da EPE.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Cresce déficit na balança comercial de diesel e gasolina

O déficit da balança comercial do diesel e da gasolina, os dois combustíveis mais consumidos no país tem se intensificado em 2017 devido ao aumento das importações. Relatório divulgado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) mostra ainda que o saldo foi negativo para todos os derivados no primeiro trimestre.

De acordo com a ANP, o saldo mais deficitário, no primeiro trimestre, foi o do diesel (-2,63 bilhões de litros), seguido da gasolina (-1,411 bilhão de litros). No

mesmo período do ano passado, o saldo negativo foi de 1,44 bilhão de litros para o diesel e de 568 milhões de litros para a gasolina.

Os números divulgados pela agência mostram também o saldo deficitário da balança comercial de gás liquefeito do petróleo (-906 milhões de litros), etanol (-501 milhões de litros) e querosene de aviação (-212 milhões de litros) no primeiro trimestre. Outro destaque negativo foi o saldo comercial da nafta petroquímica (déficit de 3,395 bilhões de litros).

Houve também um crescimento expressivo das importações de combustíveis no início do ano, com destaque para o aumento de 403% das compras de etanol estrangeiro, que totalizaram 721 milhões de litros. O órgão regulador destacou que o Brasil se tornou importador líquido de álcool após anos como exportador líquido devido à redução da oferta interna e à vantagem dos preços internacionais.

Já as importações de gasolina, que totalizaram 1,553 bilhão de litros, cresceram 164%, enquanto as compras de diesel no mercado internacional subiram 86% (somando 2,83 bilhões de litros). Segundo a ANP, o aumento é resultado da paridade de preços internacionais de derivados e reposicionamento estratégico da Petrobras. As importações de querosene de aviação (-29,7%) e GLP (-3,9%), por sua vez, recuaram.

Os dados revelam, ainda, que o crescimento das importações de combustíveis, no país, tem sido sustentado por empresas privadas. A participação da Petrobras no total de gasolina, por exemplo, caiu de 59,7% para 31% entre o primeiro trimestre de 2016 e igual período deste ano. Já em relação ao diesel, a fatia da estatal recuou de 16,4% para 2,7%.

A exceção é o mercado de nafta, onde a participação da Petrobras subiu de 53,7% para 64,7%. No caso do GLP, a estatal também aumentou sua parcela, de 99% para 99,9%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Cemig tem até início de agosto para renegociar dívidas

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) espera concretizar mudanças importantes em sua estrutura e também no perfil de sua dívida nos próximos meses. Segundo o diretor de Finanças e de Relações com Investidores, Adézio Lima, além da venda de alguns de seus ativos, a empresa negocia com bancos e planeja retomar em setembro o plano emissão bilionária de títulos no exterior.

O problema central é o vencimento da dívida no curto prazo: são R\$ 9 bilhões entre este ano e o próximo. Os principais credores são Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander e Caixa Econômica.

"Nosso timing para reperfilar essa dívida é final de julho, início de agosto", disse Lima ao **Valor**. "A ideia é alongar para depois de 2019. Com pagamentos mensais ou trimestrais de 2020 para frente. Os bancos entendem que economicamente a empresa é saudável, é geradora de caixa, mas que financeira tem um problema", afirmou.

Ao mesmo tempo, a Cemig, disse Lima, está empenhada em tirar do papel seu plano anunciado em 2015 de venda de ativos. Já aprovada pelo conselho está sua fatia na hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia, a ser concluída até outubro. O negócio foi fechado com os chineses da SPIC.

"No caso de Santo Antônio, os chineses querem urgência. Considerando os prazos do Cade e Aneel, eu acredito que entre fim de setembro e início de outubro estejamos recebendo o valor pelo vanda", afirmou, sem revelar valor do negócio. O **Valor** publicou esta semana que o preço definido pelos chineses foi R\$ 7 bilhões. Segundo o diretor, o múltiplo calculado com base na relação dívida, Ebtida e valor megawatt-hora ficou bem acima da média no mercado.

Outra venda importante deverá ocorrer mais no fim do ano - a das ações na Light. "Acreditamos que entre o fim do ano e início de 2018 seja concluída", disse Lima. Segundo ele, existem 12 grupos que demonstraram interesse em analisar uma negociação com a Cemig - chineses, europeus e uma nacional, a Equatorial. Todos procuradas pelos bancos que estão assessorando a Cemig.

Para Lima, o momento de indefinição política não parece ser obstáculo para players estrangeiros apostarem numa aquisição desse tipo. Isso porque apesar das dúvidas provocadas por Brasília, a economia brasileira têm bons fundamentos e é um mercado atraente.

Sobre a plano do governo federal planeja em alterar as regras no setor elétrico, que incluiriam privatizar usinas da Eletrobras atingidas pela medida no governo da ex-presidente Dilma Rousseff para baixar tarifas, o diretor disse que traz expectativa de melhora no ambiente de negócios no setor. "O leilão das usinas ora em regime de cota é um fato positivo porque as distribuidoras estão sobrecarregadas com energia de cota e ajuda atrair novos capitais no país".

Lima lembrou ainda que há outra operação em curso, a da venda da fatia da Light na Renova. A canadense Brookfield apresentou uma oferta para a aquisição dessas participação. Ele evitou falar em valor. "Ainda temos de negociar, há um caminho a percorrer". Os canadenses se dispõem ainda a aportar capital.

A Cemig não vai acompanhar a capitalização da Renova. "Com esse aporte [caso o negócio prospere], baixaríamos nossa participação. E, com tag along, podemos vender nossa parte", disse.

A Cemig continua apostando em outra frente para se reequilibrar financeira: a emissão de US\$ 1 bilhão a US\$ 1,5 bilhão em títulos. A operação teve de ser adiada nos últimos meses, muito em função da crise política que mexeu no câmbio e deixou investidores mais ariscos com Brasil. O plano agora é que os papéis sejam lançados em setembro, para investidores europeus, americanos e asiáticos.

Segundo Lima, com a venda de Santo Antônio, a renegociação com os bancos até agosto, a Cemig terá mais facilidade para atrair investidores para seus papéis.

Se todo esse plano traçado realmente se concretizar, a Cemig retomará uma condição de empresa financeiramente mais saudável, com endividamento mais equilibrado com sua geração de caixa.

A empresa tem ainda a opção a possibilidade de vender um bloco de ações na Taesa, que estão fora do bloco de controle. E manteria o controle com a colombiana Isa. "É uma fatia de 12% que vale de R\$ 1,4 bilhão a R\$ 1,5 bilhão. Mas é um plano B. Só se a empresa precisar para equalizar sua dívida. Mas acreditamos que não vai ser necessário", afirmou Lima.

No horizonte da Cemig há um único possível grande investimento. É o prêmio pela outorga para manter três hidrelétricas, que a empresa diz ter direito a manter sob sua concessão, e que a União já decidiu relutar no fim do ano. A disputa se arrasta há anos na Justiça. No entanto, a empresa teria de entrar no leilão e desembolsar os R\$ 11 bilhões fixados pela União.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Campo da Petrobras

A Petrobras divulgou ontem a intenção de venda da totalidade de sua participação no Campo de Maromba, na Bacia de Campos. Chamado de "teaser" pela companhia, essa etapa contém as principais informações sobre a oportunidade, bem como os critérios e objetivos para escolher compradores. Nesse campo, a estatal, operadora com 70% de participação, e Chevron Brasil Petróleo, detentora de 30%, oferecem conjuntamente 100% dos direitos do

ativo, localizado na Bacia de Campos. A transação em potencial representa uma oportunidade para desenvolver e monetizar uma descoberta de óleo pesado em águas rasas. A divulgação está em consonância com a sistemática para desinvestimentos da Petrobras e está alinhada às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Samarco prorroga layoff

A Samarco prorrogou por três meses o período de suspensão temporária dos contratos de trabalho ("layoff") de cerca de 800 funcionários. Desta forma, os trabalhadores que entraram em layoff no dia 1º de junho ficarão suspensos até o dia 31 de outubro. A duração da suspensão era de dois meses antes. O layoff faz parte de acordo firmado em abril do ano passado com os sindicatos Metabase (MG) e Sindimental (ES) como resposta à paralisação das operações da mineradora. Durante o afastamento temporário, os trabalhadores recebem, entre outros benefícios, bolsa de qualificação profissional, plano de saúde e vale alimentação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: David Sheppard | Financial Times, de Londres

Título: Especialista perde a fé na recuperação do petróleo

Andy Hall, gestor de fundos "hedge" de petróleo, certa vez apelidado de "Deus" pelos lucros que conseguiu prevendo as cotações, deixou de acreditar, depois de muito tempo, na possibilidade de uma recuperação expressiva do mercado.

O chefe do fundo Astenbeck Capital disse a seus investidores que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) não conseguiu fazer o suficiente para pôr fim à maré de três anos de baixos preços do barril no mercado, uma vez que os esforços do cartel foram neutralizados pela rápida recuperação da indústria de petróleo e gás de xisto dos Estados Unidos.

"Parece, cada vez mais, que os preços do petróleo vão variar pouco por um bom tempo", disse Hall em carta que foi vista pelo "Financial Times" e na qual ele também prevê que os altos níveis dos estoques de petróleo vão continuar e possivelmente até crescer no próximo ano.

"Em resumo, a Opep, o mercado e os que apostam na alta do petróleo já não têm mais espaço para decolar", disse na carta, que foi enviada a investidores neste mês.

As afirmações representam uma mudança substancial de posição de Hall, um otimista inveterado quanto às perspectivas do petróleo, que ganhou lucros enormes na era do barril a US\$ 100 graças a seu argumento de que os baixos investimentos da indústria no início do século causariam problemas de escassez se os preços não subissem.

Essa previsão ajudou-o a ganhar remuneração de US\$ 100 milhões do Citigroup durante o auge da crise financeira, depois de as cotações terem chegado a recordes superiores a US\$ 140.

Mesmo depois de o barril de petróleo ter caído de mais de US\$ 110, em 2014, para menos de US\$ 30, em 2016, Hall raramente mostrou dúvidas sobre sua previsão de longo prazo. Argumentava que os preços precisariam recuperar-se para estimular uma oferta suficiente para atender a demanda cada vez maior dos países emergentes e compensar a menor produtividade de campos envelhecidos.

Quando, entretanto, os preços se recuperaram e chegaram a uma cotação média próxima a US\$ 50, seus argumentos foram sacudidos pelo petróleo de xisto dos EUA, que voltou com força total em 2017 depois de os produtores terem se tornado mais eficientes e reduzido custos.

Não havia representantes do Astenbeck Capital disponíveis de imediato para comentar a carta.

Hall disse que a fraqueza dos preços do petróleo foi exacerbada por decisões da própria Opep, entre as quais o corte demasiado pequeno das cotas de produção, a incapacidade de reduzir as exportações no mesmo nível e o fato de ter "empolgado" o mercado, permitindo que os produtores americanos de petróleo de xisto obtivessem novos financiamentos durante o breve período em que os preços subiram.

"Olhando em retrospectiva, as tentativas da Opep para administrar a oferta foram mal concebidas. A Opep deveria ter atuado de maneira mais rápida e decisiva", disse ele.

"Até aqui, nossa visão vinha sendo a de que o petróleo teria tendência de alta, uma vez que os preços precisariam subir a um patamar que justificasse investimentos em fontes de fornecimento mais caras do que as áreas principais de xisto nos EUA", escreveu Hall na carta.

"No entanto, não apenas houve crescimento significativo dos recursos das áreas principais de petróleo de xisto - acima de tudo na prolífica Bacia Permiana -, mas também houve uma queda no preço de equilíbrio [necessário para gerar lucro], graças a ganhos permanentes de produtividade superiores aos aumentos cíclicos de custo, pelo menos por ora", observou.

Embora os produtores de petróleo de xisto estivessem com dificuldades para gerar fluxo de caixa com os preços abaixo de US\$ 50 por barril, as instituições de crédito continuaram emprestando dinheiro ao setor, disse Hall.

"Não houve falta de capital para alimentar o crescimento. Está ficando cada vez mais evidente, sob cenários mais razoáveis, que o petróleo de xisto dos EUA vai ser uma fonte paralela de fornecimento, pelo menos até 2020", afirmou. "A produção adicional de petróleo de xisto, sozinha, é capaz de equilibrar o mercado pelos próximos dois ou três anos."

Hall disse que seu fundo agora vai adotar uma abordagem mais "oportunista" na compra e venda de contratos de petróleo e abandonar suas apostas de valorização no longo prazo, em favor de uma abordagem mais tática de curto prazo.

"Embora antes parecesse que era possível manter posições tendo em vista uma apreciação permanente de longo prazo, esse não é mais o caso", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Etanol do Brasil sob pressão dos EUA

A proposta do governo de Donald Trump de reduzir o volume obrigatório de consumo de biocombustíveis mais "limpos" em 2018 nos EUA acirra a pressão sobre a indústria de etanol do Brasil e pode elevar o superávit da balança bilateral do biocombustível em favor dos americanos justamente em um momento em que o governo brasileiro avalia se impõe ou não uma taxa sobre as importações do produto.

Em documento apresentado na quarta-feira, a Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) propôs um mandato para os biocombustíveis "avançados" - com "pegada" de carbono menor que os biocombustíveis "convencionais" - de 4,24 bilhões de galões em 2018 ante 4,28 bilhões vigentes neste ano. Já para o mandato para o biocombustível convencional (como o etanol de milho, produzido pela indústria americana), a proposta é de manutenção em 15 bilhões de litros.

Sem considerar dentro do mandato de avançados o volume previsto para biodiesel e etanol celulósico, o espaço para outros biocombustíveis avançados - entre eles o etanol de cana - ficaria em 1,9 bilhão de galões, ante 1,969 bilhão de

galões atuais. Para o etanol de cana, que os EUA importam sobretudo do Brasil, a EPA propôs importação de 100 milhões de galões, metade das metas de 2016 e deste ano.

O argumento da EPA para essa redução é que, mesmo com uma meta de 200 milhões de galões, o Brasil já diminuiu suas exportações aos EUA no ano passado, uma vez que as usinas brasileiras priorizaram a produção de açúcar porque os preços da commodity estavam mais remuneradores. Em 2016, o Brasil exportou 34 milhões de galões de etanol aos EUA, não apenas longe da meta como 64% abaixo do ano anterior.

Para João Paulo Botelho, analista da consultoria FCStone, contudo, a redução da meta desestimulará os misturadores de combustíveis dos EUA a importar o etanol de cana. Além disso, os valores dos créditos de uso de biocombustível (os RINs) gerados pelas tradings que exportam o produto brasileiro aos EUA podem cair, consequentemente pressionando a remuneração das usinas no Brasil, afirma ele.

As propostas da EPA agora passam por consultas públicas. Nesse processo, a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa o setor do Centro-Sul, informou que "espera ter a oportunidade de demonstrar e reforçar à EPA o desempenho ambiental do etanol brasileiro e o quanto ele pode continuar a contribuir para uma matriz energética americana mais limpa, se as condições de mercado estiverem presentes".

Por sua vez, a Associação de Combustíveis Renováveis dos EUA (RFA, na sigla em inglês) comemorou a manutenção do mandato para biocombustíveis convencionais e disse ter "preocupação" apenas com a redução do mandato para biocombustíveis celulósicos, para 238 milhões de galões, ante os atuais 311 milhões de galões.

A notícia de um possível desestímulo às exportações aos EUA vem em um mau momento para o etanol no Brasil, já que as importações do produto americano - que em 2016 foram operadas por companhias como Raízen e Copersucar - dispararam recentemente.

Em 2016, o Brasil teve um déficit na balança comercial de etanol com os EUA de US\$ 321 milhões, de acordo com dados do Agrostat, serviço de estatística do Ministério da Agricultura. Até então, a única vez em que o Brasil registrou déficit nessa balança com os americanos havia sido em 2011, segundo o Agrostat.

O desequilíbrio em 2016 levou a indústria brasileira de etanol a pedir a taxa das importações do produto, que atualmente é isento de tarifa. O Ministério da Agricultura abraçou a causa e apresentou uma defesa de uma taxa de 17%.

Pautada na reunião do Comitê Executivo de Gestão (Gecex), grupo técnico da Câmara de Comércio Exterior (Camex), da última terça-feira, a decisão sobre o pleito foi adiada para o dia 25, a pedido do Ministério da Fazenda, segundo fontes. Procurado, o ministério informou que não comentaria. Sem a taxaço das importações e sem um incentivo do governo dos EUA - principal destino das exportações brasileiras de etanol -, a tendência é que o déficit dessa balança cresça.

Um dos primeiros a apresentar à Camex o pedido de taxaço, Renato Cunha, presidente do Sindaúcar de Pernambuco, diz que a produção das usinas do Nordeste pode se tornar inviável já nesta safra sem o imposto. "Quando as distribuidoras se abastecem com etanol de fora, pode haver gargalos de armazenagem, porque a usina produz e não sabe quando vai vender", argumenta.

O Brasil tem reduzido seu peso nas exportações globais de etanol e não é de hoje. De 2013 a 2015, a participação do país nos embarques mundiais caiu de 40% para 26%, enquanto a fatia dos EUA avançou de 33% para 45% no período, segundo dados da consultoria Datagro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaque

Oferta da Omega

A Omega Energia lançará uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) que deve movimentar cerca de R\$ 1 bilhão, segundo o Valor apurou. Parte dos recursos vai financiar novos projetos da empresa. A operação é coordenada pelos bancos BTG Pactual, Bank of America Merrill Lynch, Bradesco BBA, Itaú BBA, Santander e pela XP Investimentos. Já a Tivit, empresa de serviços de tecnologia da informação, decidiu adiar seus planos de abertura de capital na bolsa de valores. Carolina Mandl)

MME / ASCOM .